



PROJETOS DE SABER, PROJETOS DE PODER:

*Geographical Imaginations, Imaginative Geographies e Geographical Imaginaires no âmbito das Sociedades Geográficas Ibero-Americanas*¹

Leonardo Arantes ²

RESUMO

Fruto de investigação ainda em andamento, o presente artigo versa sobre imaginações geográficas, geografias imaginativas e imaginários geográficos no âmbito de algumas sociedades geográficas ibero-americanas. Entendidas, em primeiro lugar, como espaços de associação das elites destinados à produção, indução, promoção, divulgação, circulação e difusão de saberes e conhecimentos geográficos, essas sociedades científicas já nascem comprometidas com projetos de poder localistas, regionalistas, nacionalistas, colonialistas e/ou imperialistas. Fundadas em meio a um contexto crucial de ascensão das burguesias enquanto classe política dominante, de consolidação dos Estados nacionais alicerçados em ideologias nacionalistas, de construção de regiões e regionalismos, de expansão dos domínios coloniais e da mentalidade colonizadora e/ou de intensificação e acirramento das lutas imperialistas, essas sociedades geográficas consolidam-se como importantes atores do processo de espacialização, exercendo, através da adoção de diferentes estratégias e práticas espaciais e discursivas, papel de destaque na construção de espacialidades e, por conseguinte, na formatação da geografia histórica do capitalismo e do seu desenvolvimento geográfico desigual.

Palavras-chave: Sociedades geográficas; Saber-poder; Geografia histórica do capitalismo; Desenvolvimento geográfico desigual; Geographical Imaginations.

RESUMEN

Fruto de una investigación en curso, este artículo aborda imaginaciones geográficas, geografías imaginativas e imaginarios geográficos en el ámbito de algunas sociedades geográficas iberoamericanas. Entendidas, en primer lugar, como espacios de asociación de elites orientados a la producción, inducción, promoción, divulgación, circulación y difusión de saberes y conocimientos geográficos, estas sociedades científicas ya nacen comprometidas con proyectos de poder localistas, regionalistas, nacionalistas, colonialistas y/o imperialistas. Fundadas en medio de un contexto crucial de ascenso de la burguesía como clase política dominante, de la consolidación de estados nacionales basados en ideologías nacionalistas, de la construcción de regiones y regionalismos, de la expansión de dominios coloniales y de la mentalidad colonizadora y/o intensificación e tensionamiento de las luchas imperialistas, estas sociedades geográficas se consolidan como actores importantes de lo proceso de espacialización, jugando, a través de la adopción de diferentes estrategias y prácticas espaciales y discursivas, un papel destacado en la

¹ O presente texto é fruto do trabalho de investigação e das reflexões desenvolvidas no âmbito dos estudos de pós-doutoramento do autor e contou com o financiamento do PNPd-Capes, à qual o autor agradece pelo apoio.

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia da FFP-UERJ, leonardoarantesuerj@gmail.com.



construcción de espacialidades y, por tanto, en la formatación de la geografía histórica del capitalismo y de su desarrollo geográfico desigual.

Palabras clave: Sociedades geográficas; saber-poder; geografía histórica del capitalismo; desarrollo geográfico desigual; Imaginaciones geográficas.

ABSTRACT

Result of an ongoing investigation, this article deals with geographical imaginations, imaginative geographies and geographical imaginaries within the scope of some Ibero-American geographical societies. Understood, in the first place, as spaces for the association of elites aimed at the production, induction, promotion, dissemination, circulation and diffusion of geographical wisdom and knowledge, these scientific societies are already born committed to localist, regionalist, nationalist, colonialist and/or imperialists projects of power. Founded in the midst of a crucial context of the rise of the bourgeoisie as the dominant political class, of the consolidation of national states based on nationalist ideologies, of the construction of regions and regionalisms, of the expansion of colonial domains and of the colonizing mentality and/or of the intensification and tensioning of imperialist struggles, these geographical societies consolidate themselves as important actors in the spatialization process, playing through the adoption of different spatial and discursive strategies and practices a prominent role in the construction of spatialities and, therefore, in the formatting of the historical geography of capitalism and of its uneven geographical development.

Keywords: Geographical societies; Knowledge-power; Historical geography of capitalism; Uneven geographical development; Geographical Imaginations.

INTRODUÇÃO

Desde a publicação do *Novum Organum* (1620) de Francis Bacon, “saber” e “poder” já não são mais compreendidos como práticas dissociadas, mutuamente indiferentes, alheias e excludentes entre si; desde então, “saber” e “poder” passam a ser reconhecidos como termos quase que correlatos, como dois lados de uma mesma moeda. Na esteira do crescente reconhecimento da indissociabilidade entre ambas as práticas, a passagem do século XVIII para o século XIX experimentaria uma radicalização da máxima baconiana “*scientia potentia est*”, consequência das revoluções industrial, política, social e intelectual que transformam o mundo de então. Mais do que nunca, projetos de saber passam a trazer consigo, em seu bojo, seja de maneira aberta ou de modo velado, projetos de poder.



A ampliação, diversificação e difusão de instituições de saber em geral, academias de ciências, museus, sociedades científicas, institutos de pesquisa, universidades e a consequente formação de comunidades profissionais nos mais variados campos do saber moderno durante o século XIX, evidenciariam ainda sobremaneira essa íntima e indissociável relação entre “saber” e “poder”: novos projetos de saber são forjados na esteira de novos projetos de poder. Precisamente nesse contexto ganham vida, por assim dizer, as assim chamadas Sociedades Geográficas e Institutos Geográficos.

Entendidas, em primeiro lugar, como espaços de associação das elites destinados à produção, indução, promoção, divulgação, circulação e difusão de saberes e conhecimentos geográficos, essas sociedades geográficas já nascem comprometidas com projetos de poder localistas, regionalistas, nacionalistas, colonialistas e/ou imperialistas, ainda que se apresentem como um importante palco de disputas entre as distintas frações dessas elites tanto interna como externamente. Fundadas em meio a um contexto crucial de ascensão das burguesias enquanto classe política dominante, de consolidação dos Estados nacionais alicerçados em ideologias nacionalistas, de construção de regiões e regionalismos, de expansão dos domínios coloniais e da mentalidade colonizadora e/ou de intensificação e acirramento das lutas imperialistas, essas sociedades geográficas consolidam-se como importantes atores do processo de espacialização, exercendo, através da adoção de diferentes estratégias e práticas espaciais e discursivas, papel de destaque na construção de espacialidades e, por conseguinte, na formatação da geografia histórica do capitalismo e do seu desenvolvimento geográfico desigual, para além de sua contribuição à academização da Geografia enquanto campo científico (CAPEL, 1977).

É sobretudo no século XIX e início do século XX que essas instituições vão experimentar um verdadeiro *boom*. Após a fundação das sociedades geográficas de Paris (1821), Berlim (1828) e Londres (1830), novas congêneres ganhariam vida por todo o globo, surgindo num ritmo ainda pouco acelerado na primeira metade do século XIX em Mumbai (1831), Cidade do México (1833), Frankfurt (1836), Rio de Janeiro (1838) e São Petersburgo (1845); experimentando um crescimento mais vertiginoso a partir de 1865 e se consolidando por toda parte na passagem do século XIX para o XX, chanceladas pela importância cada vez mais crucial dos saberes e conhecimentos geográficos, desde sempre assim reconhecidos por militares, navegantes, comerciantes e políticos (LACOSTE, 1988), para o efetivo exercício das diferentes formas de dominação.



Invenção europeia e de caráter fundamentalmente eurocêntrico, essas instituições já surgem, a rigor, como um fenômeno global e globalizado, dada a própria natureza do saber que lhe confere razão de ser e porquanto dotadas de um número significativo de membros correspondentes, residentes e transeuntes alhures, contando por vezes com filiais em outras partes do globo, bem como pelas relações com suas congêneres nos mais recônditos lugares do planeta, com forte intercâmbio de órgãos (boletins, revistas e publicações avulsas), materiais (mapas, documentos históricos, correspondências, objetos culturais, obras de referência), experiências e ideias (expedições, reuniões, seminários, congressos), sua própria organização e funcionamento em redes, interna e externamente, assim como sua atuação enquanto atores locais e globais, simultaneamente, conferindo-lhes essa que é de fato uma de suas características mais fundamentais.

O problema é que, a despeito de seu caráter eminentemente global e globalizado desde o seu surgimento, tais instituições acabaram sendo contempladas sobretudo a partir de leituras “nacionalistas”, “institucionalistas” e principalmente de maneira individualizada. Desde aproximadamente o último quarto do século XX, a pesquisa histórica em Geografia vem dando crescente atenção ao papel e à contribuição dessas sociedades e institutos geográficos, seja de maneira tangencial como nos trabalhos de CAPEL (1977), BERDOULAY (1981), LENZ (1981), MONCADA (1994), GODLEWSKA & SMITH (1994), HOOSON (1994), BELL; BUTLIN & HEFFERNAN (1995) e DUNBAR (2001), para ficarmos com apenas alguns poucos exemplos, ou de modo mais direto como nos trabalhos de FIERRO (1983), GUIMARÃES (1984), LEJEUNE (1993), ZUSMAN (1996), ESTEBAN (1996), DRIVER (2001), NUNES (2002), MONCADA (2003), MARY (2010), Manoel GUIMARÃES (2011), Lucia GUIMARÃES (2011), SCHRÖDER (2011), CARDOSO (2013) entre outros. Sua investigação e análise a partir de pontos de vista de conjunto e contemplando uma de suas principais tarefas, qual seja, a de viabilização da condição global por meio de seu ativo papel na produção de práticas materiais (especialização, interação espacial, regionalização etc.) e discursivas (conceitos, linguagens e representações geográficas etc.) nas mais variadas escalas, acabou infelizmente sendo deixada em segundo plano pela pesquisa historiográfica.

Sua compreensão mais ampla demanda, portanto, um renovado esforço investigativo, analítico e interpretativo – o que evidentemente só foi tornado possível graças ao significativo acúmulo daqueles mencionados trabalhos, bem como pela



disponibilidade digital de parte importante de boletins, atas e estatutos dessas instituições e de métodos e técnicas de investigação, análise, interpretação e apresentação de Big Data capazes de processar corpora dessa magnitude. Esse aprofundamento deve visar, por conseguinte, apreender não apenas sua história institucional e a história disciplinar da Geografia a elas de algum modo associada, mas também as estratégias e práticas espaciais e discursivas através de imaginações geográficas, geografias imaginativas e imaginários geográficos bem como das implicações daí decorrentes para a produção social do espaço, a compressão tempo-espaço, o desenvolvimento geográfico desigual, a geopolítica e a geografia histórica do capitalismo³.

Que estratégias e práticas materiais e discursivas os diversos tipos de sociedades e institutos geográficos atuantes no espaço ibero-americano adotaram? Em meio a quais relações sociais e de poder (político, econômico, simbólico, militar, religioso etc.) tais instituições se organizaram e produziram saber-poder? Quais *geographical imaginations*, *imaginative geographies* e *geographical imaginaries*, suas modalidades (como) e razões (por que), as sociedades e institutos geográficos forjaram e disseminaram, contribuindo deste modo para a geografia histórica do capitalismo? Eis aqui as indagações mais gerais que nos servem de ponto de partida, iluminadas em certa medida, a título de exemplificação, pelo assim chamado “mapa cor de rosa” apresentado na Sociedade de Geografia de Lisboa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O último quarto do século XX pode ser considerado um importante marco para a pesquisa geográfica e historiográfica em Geografia, e certamente por duas razões

³ A presente proposta de pesquisa ganha vida, portanto, frente a tal demanda e atrelada ao co-projeto C1 “*Our Field is the World*”: *An International Comparison of Geographical Societies 1821–1914*” conduzido pelo grupo de pesquisa da Dra. Ute Wardenga junto ao Leibniz-Institut für Länderkunde e à Universität Leipzig, no âmbito do Centro de Pesquisa Colaborativa Sonderforschungsbereich (SFB) 1199 – “*Process of Spatialization under the Global Condition*” financiado pela Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG). É exatamente no interior deste co-projeto que se situa a presente proposta – em desenvolvimento desde setembro de 2017 –, isto é, colabora com ao passo que se retroalimenta a partir dele, constituindo-se, como uma proposta de pesquisa própria a despeito de sua natureza essencialmente colaborativa. Seu foco específico repousa, contudo, sobre algumas Sociedades e Institutos Geográficos Ibero-Americanos ativos entre 1833 e 1930, com especial atenção para aqueles do Brasil (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 1838; Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa no Brazil – 1878; Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro – 1883), México (Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística – 1883), Portugal (Sociedade de Geographia de Lisboa – 1875), Espanha (Real Sociedad Geográfica de Madrid – 1876; Sociedad de Geografía Comercial de Barcelona – 1909) e Argentina (Instituto Geográfico Argentino – 1879).



principais, a saber: representou uma mudança cultural nas formas de experimentação e concepção do espaço e do tempo, conferindo à dimensão espacial papel de destaque, posto que até então subordinada à dimensão temporal, constituindo, assim, aquele movimento que viria a ser denominado de *spatial turn*; associado a esse giro espacial, tal mudança permitiu à Geografia uma diversificação de suas fontes e, com isso, ampliou significativamente o espectro teórico-metodológico com o qual esse campo passou a operar e se constituir como “novas geografias”. Lefebvre e Foucault são considerados, com toda razão, figuras seminais desse processo (SOJA, 1993[1988]).

Mas é David Harvey quem, de dentro do campo, vai promover uma importante inflexão, daí emergindo com força um debate que nos parece particularmente fértil para a presente investigação: a questão da(s) imaginação(ões) geográfica(s)⁴. Aliando crítica da teoria geográfica à teoria social crítica, HARVEY (1973) publica “*Justice social and the city*”, uma obra influenciada pela participação do autor britânico recém-chegado nos Estados Unidos nos movimentos em defesa dos direitos civis e das lutas urbanas desencadeados no final da década de 1960. Nela, o autor parte da tese de Charles W. MILLS (1959) defendida em *The sociological imagination*, buscando superar a ausência de contemplação da espacialidade da vida social na reflexão sociológica, a fim de colocá-la no centro do debate da agenda de ação política de sua época. No mencionado trabalho, Mills havia reconhecido a imaginação sociológica como a faculdade que

“habilita seu possuidor a entender o mais amplo cenário histórico em termos de seu significado para a vida interna e a atividade externa de uma variedade de indivíduos. Ela o habilita a levar em consideração o modo como indivíduos, na confusão de sua experiência cotidiana, com frequência se tornam falsamente conscientes de suas posições sociais. Dentro dessa confusão, busca-se a estrutura da sociedade moderna e, nesse contexto, as psicologias de uma variedade de homens e mulheres são formuladas. Por tais meios, o desconforto pessoal dos indivíduos é focado em problemas explícitos e a indiferença dos públicos é transformada em envolvimento com questões públicas.

O primeiro fruto dessa imaginação – e a primeira lição da ciência social que a incorpora – é a ideia de que o indivíduo pode entender sua própria experiência e medir seu próprio destino somente localizando a si mesmo dentro de seu tempo; de que ele pode conhecer suas próprias possibilidades na vida somente se tornando consciente das de todos os indivíduos em suas circunstâncias (...) A

⁴ É verdade que esse debate antecede a Harvey. Já em 1947, por ocasião de sua posse como presidente da *American Geographical Society*, John K. WRIGHT (1947) proferiu seu discurso em torno da “*Terrae Incognitae: the place of the imagination in Geography*”, em que a faculdade da imaginação e a dimensão da subjetividade foram reconhecidas como atributos fundamentais de um bom geógrafo. Inspirado nesse discurso de Wright, David LOWENTHAL (1961) publica em 1961 “*Geography, experience, and imagination: towards a geographical epistemology*”. No mesmo ano, Hugh PRINCE (1961) publica “*The geographical imagination*”, e “*Real, imagined and abstract world of the past*”. Sobre os desenvolvimentos desta noção ver DANIELS (2011) e ZUSMAN (2013).



imaginação sociológica habilita-nos a captar a história e a biografia e suas inter-relações na sociedade (...) é a capacidade de mudar de uma perspectiva para outra – do político para o psicológico; da investigação de uma única família à avaliação comparativa dos orçamentos nacionais do mundo; da escola teológica ao estabelecimento militar; de considerações de uma indústria petrolífera a estudos de poesia contemporânea. É a capacidade de ir das transformações mais impessoais e remotas às características mais íntimas do ser humano – e ver as relações entre os dois. Por trás de seu uso há sempre a urgência em conhecer o significado histórico e social do indivíduo na sociedade e no período no qual ele tem sua existência e seu ser.” (MILLS, 1959, p. 5-7).

Partindo, portanto, dessa crítica espacializante da concepção de Mills com vistas à construção de um quadro conceitual para a compreensão da cidade e do fenômeno urbano, Harvey passa então a advogar a necessidade de desenvolvimento da noção que ele designa de “*geographical imagination*” ou “*spatial consciousness*”, uma espécie de complemento à imaginação sociológica que permite àquele que a possui compreender a imbricada e dialética relação entre processos sociais e formas espaciais no interior da história e de sua própria biografia:

“Esta imaginação habilita o indivíduo a reconhecer o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia; a relacionar-se aos espaços que ele vê ao seu redor, e a reconhecer como as transações entre os indivíduos e as organizações são afetadas pelo espaço que os separa. Isto conduz a reconhecer o relacionamento que existe entre ele e sua vizinhança, seu território ou, para usar a linguagem dos grupos de rua, seu ‘pedaço’. Isto o leva a julgar a importância dos acontecimentos em outros lugares (nos ‘pedaços’ de outros povos). (...) Isto o conduz também a encarar e a usar, criativamente, o espaço, e a apreciar o significado das formas espaciais criadas pelos outros. (...)” (HARVEY, 1980[1973], p. 22-23).

Quase duas décadas mais tarde, HARVEY (1997[1990]) retomaria esta noção em seu artigo “*Between space and time: Reflections on the geographical imagination*”, trazendo-a para dentro do debate da geografia histórica do capitalismo. Partindo do pressuposto de que cada *formação social*, situada no espaço e no tempo, constrói concepções objetivas de espaço e tempo em consonância com suas próprias necessidades e propósitos, de modo a organizar suas práticas materiais de acordo com tais concepções, e considerando que todas as sociedades estão em permanente transformação frente a necessidade de adaptar-se a pressões e influências internas e externas – de modo que também aquelas concepções objetivas de espaço e tempo necessitam se transformar para acomodar novas práticas materiais da reprodução social –, Harvey defende a tese de que novos conceitos de espaço e tempo teriam sido impostos principalmente pela força, por exemplo, através da conquista, da expansão imperial ou da dominação neocolonial. Por outro lado, mudanças na dimensionalidade do espaço e do tempo, isto é, na qualidade



propriamente objetiva de ambos, diga-se de passagem, promovidas através de práticas materiais sustentadas por aquelas novas concepções impostas de espaço e tempo, logo as tornariam obsoletas, demandando, deste modo, a produção de outras concepções de espaço e tempo e implicando, frente à nova realidade objetiva daí oriunda, em respostas culturais e políticas, tais como aquelas que lhe servem aí de exemplo, a saber, o “*incrível senso de nacionalismo e localismo e as excessivas rivalidades e tensões geopolíticas que se expandiram precisamente por causa da redução no poder de barreiras espaciais de separar e defender contra os outros*” (HARVEY, 1997, p. 269) [tradução nossa] durante o período que antecede à Primeira Guerra Mundial. Ciente, portanto, do papel das práticas materiais na construção das representações de espaço e tempo, do poder destas representações, por sua vez, de dar suporte e orientar as práticas materiais e, por fim, das implicações de mudanças na dimensionalidade do espaço e do tempo sobre suas respectivas dimensões simbólica, cultural e política, Harvey se questiona, por fim, que tipo de concepção de espaço e tempo os geógrafos profissionais contemporâneos, enquanto atores políticos, deveriam buscar promover.

Uma década e meia mais tarde, HARVEY (2006) voltaria novamente ao tema em um longo artigo intitulado “*The sociological and geographical imaginations*”, desta vez para compreendê-la à luz de sua importância em tempos de globalização. Reiterando aí a importância e relevância destas noções, de sua interação bem como de seu tratamento conjunto cada vez mais adotado tanto por cientistas sociais em geral, como por geógrafos em particular, Harvey reconhece que alguns problemas básicos oriundos da interface entre imaginação sociológica e imaginação geográfica haviam permanecido sem solução. Além de rivalidades disciplinares, de falta de vontade ou capacidade de estabelecimento de diálogo aberto sobre como conhecimentos tão distintos poderiam ser incorporados à ciência social em geral e do problema das linguagens disciplinares, Harvey argumenta aí que o que está em jogo não é a formação de uma nova sociologia e uma nova geografia, mas a construção de um novo conjunto de protocolos e estruturas paradigmáticas para todas as formas de investigação social. Ao contemplar, na sequência, o modo como diferentes formas de conhecimento poderiam ser incorporadas neste quadro protocolar e paradigmático, Harvey passa então a analisar a íntima relação entre globalização e conhecimentos geográficos, sua dispersão e seus usos pelos mais diversos atores sociais, seus inúmeros locais de produção, sua permanente relação com o poder político, até chegar naquilo que designa de suas “*estruturas profundas*”, isto é, as quatro componentes



estruturais que fazem parte de todos conhecimentos geográficos, indispensáveis para uma ética cosmopolita. Tais “estruturas profundas”, quais sejam, as identificações cartográficas, a medida espaço-tempo, o lugar-região-território, as qualidades ambientais e as dinâmicas dialéticas da mudança socioambiental, tomadas em conjunto, formariam, para ele, o núcleo interativo de todos os conhecimentos geográficos, abrindo o terreno, deste modo, para uma investigação geográfica efetivamente crítica. E é no âmbito da análise crítica propriamente dita, que Harvey defende o emprego do que ele chama de “*geographical deconstruction*”, seguindo HARLEY (1997[1989]), como uma poderosa ferramenta para expor não apenas a relação dos conhecimentos geográficos com o poder político, mas também o modo como esses conhecimentos funcionam em relação à busca de objetivos políticos. Entende que essa desconstrução não significa uma destruição, rejeitando, por um lado, a ideia de que os conhecimentos geográficos poderiam ser neutros, ao passo que aceitando, por outro, que não se deveria ter por inúteis e irrelevantes as formas de conhecimento geográfico maculadas em virtude de sua conexão com fins instrumentais e institucionais. O problema de uma geografia crítica, para ele, seria tomar essas variadas formas de conhecimento, apreciar as circunstâncias de sua origem, avaliá-las e, se possível, transformá-las ou traduzi-las em códigos diferentes onde elas pudessem executar funções diferentes àquelas para as quais haviam sido originalmente concebidas. Assim como conhecimentos geográficos serviram de suporte para práticas geográficas atreladas a políticas de exploração e dominação, Harvey entende que eles também poderiam servir a práticas geográficas baseadas em políticas emancipatórias, de liberdade e respeito mútuo, defendendo, deste modo, a tese de que

“As imaginações sociológica e geográfica têm que ser interpenetradas mais livremente para criar o que eu chamo de “utopismo dialético”, operando no espaço-tempo e não no espaço ou no tempo. Esse utopismo dialético exige um engajamento total da imaginação geográfica, pois requer um remapeamento do mundo (tanto em nossas cabeças quanto no terreno), redefinições da construção social do espaço e do tempo, uma reterritorialização do mundo e uma abordagem bem diferente para a dialética da mudança socioambiental e para o desenvolvimento geográfico desigual. Requer também que a plena mobilização dos poderes da imaginação sociológica, na qual as transformações nas relações sociais e nos modos de troca, nos arranjos institucionais, nas estruturas políticas e nas modalidades de produção de conhecimento, se incorporem, de maneira crucial, em estruturas geográficas radicalmente transformadas. Através de movimentos desse tipo, a lacuna entre as imaginações sociológica e geográfica poderia ser superada e uma teoria crítica moribunda poderia ser trazida de volta à vida. Uma conversa política aberta sobre reais alternativas à trajetória mortal e mortífera do capitalismo multinacional torna-se então possível” [tradução nossa] (HARVEY, 2006, p. 253).



Além da contribuição de Harvey, importante reflexão para o entendimento da noção de “*geographical imagination*” foi empreendida por outro geógrafo também britânico, porém, radicado no Canadá. Diferentemente, contudo, daquele, Derek GREGORY (1994) não buscou defini-la conceitualmente de maneira explícita e direta em seus trabalhos teóricos. Ao concebe-la, contudo, – tal como expresso no próprio título de uma de suas principais obras “*Geographical Imaginations*” – a partir de sua forma plural, Gregory busca enfatizar aquilo que para ele representa sua dimensão mais fundamental: trata-se de discursos carregados de metáforas de linguagem e apoiados por visualidade, que não são simplesmente enquadrados por, e muito menos meros reflexos das transformações do mundo real, mas, ao contrário, são constitutivas deste real e tem um papel ativo em sua transformação. Seu foco reside, portanto, mais sobre a coexistência e desenvolvimento de diferentes discursos de geografia do que propriamente a disciplina Geografia e “sua tradição”.

“A geografia nesse sentido amplo não se limita a nenhuma disciplina, nem mesmo aos vocabulários especializados da academia; ela viaja através de práticas sociais em geral e está implicada em temíveis topografias de poder e conhecimento. Nós habitualmente damos sentido a lugares, espaços e paisagens em nossas vidas cotidianas – de maneiras diferentes e para distintos propósitos – e essas ‘geografias populares’ são tão importantes para a condução da vida social quanto nossa compreensão de (digamos) biografia e história” [tradução nossa]. (GREGORY, 1994, p.11).

Remetendo-se aí implicitamente a Mills e procurando ampliar a noção cunhada por Harvey, GREGORY (1994) colocou em diálogo a imaginação sociológica, em suas várias formas, com aquelas “*geographical imaginations*” que também escapam aos limites disciplinares usuais, para construir o seu discurso sobre os discursos espaciais. Sua análise a partir de três “encontros estratégicos” empreendidos pela geografia, em diferentes momentos, primeiro com a antropologia no século XVIII, depois com a sociologia na passagem do século XIX para o XX e, por fim, com a economia em meados do século XX, seguida pela investigação, em ordem reversa, da crítica da ciência espacial moderna nas últimas décadas do século XX, isto é, primeiro em sua relação com a economia política, depois com a teoria social crítica e, finalmente, com os chamados estudos culturais, revelou as coordenadas internas e externas que compõem, circunscrevem e perpassam estes discursos de geografia, ressaltando seu caráter fundamentalmente cultural, porquanto carregado de metáforas de linguagem e de



múltiplas formas de visualidade, bem como sua dimensão política, uma vez que sua produção e difusão seriam ensejadas em meio a relações entre poder, saber e espacialidade.

Sempre atreladas a “práticas ópticas” de cartografia e geometria, com interesse repousando frequentemente “*na paisagem e no ‘modo de ver’ particular que ela implica*”, suas *Geographical Imaginations* buscavam desvelar aquilo que ele chamou de “*ocularcentrismo*”, isto é, modos de ver europeus conjugados a categorias conceituais europeias amplamente empregados para observar, designar, apreender, significar, investigar, analisar, interpretar, compreender, explicar e apresentar fenômenos fundamentalmente não-europeus, quase sempre se autodeterminando neutros, mas carregando consigo, em seu interior, verdadeiros projetos de poder.

Também em artigo apresentado durante as Hettner-Lecture na Universidade de Heidelberg sob o título “*Power, knowledge and Geography*”, GREGORY (1997) procura desconstruir uma série de “modalidades conceituais”, mostrando que o eurocentrismo carrega consigo, em seu interior, um sistema daquilo que ele designa de “*geo-graphs*” responsáveis por ordenar suas representações. Para fundamentar seus argumentos, promove uma incursão nos séculos XVIII e XIX, a fim de reconhecer aí as coordenadas históricas de nossas geografias e sua visão fundamentalmente eurocêntrica. Encontra, deste modo, uma constelação de quatro destes “*geo-graphs*”, quatro práticas discursivas constitutivas da “modernidade colonial” – que não surgiram propriamente neste período, mas que se tornaram, neste momento, o pano de fundo no interior de uma modernidade intrinsecamente colonial – quais sejam, 1) a absolutização do tempo e do espaço; 2) a apresentação do mundo; 3) a normalização do sujeito; 4) a abstração da cultura e da natureza.

Em síntese, a “*geographical imagination*” se trata, portanto, de uma faculdade humana condicionada biológica, cultural e politicamente e, por conseguinte, não restrita ao campo disciplinar da Geografia e seus praticantes, apesar de especialmente importante para estes atores sociais; uma ferramenta intelectual e discursiva, reflexiva e prática, que possibilita a cada um de nós forjar representações espaciais – conceituais e imagéticas –, atribuindo, deste modo, sentido espacializante ao nosso mundo e permitindo-nos não apenas compreendê-lo, mas também transformá-lo no interior da luta política, dado o potencial que tais “representações-práticas” carregam consigo de serem coletivamente compartilhadas, aceitas e legitimadas.



Associadas às “*geographical imaginations*”, outras duas noções nos parecem compor uma constelação conceitual com a qual se torna possível operar a investigação e análise daquelas estratégias e práticas espaciais e discursivas construídas no interior das sociedades geográficas aqui analisadas: trata-se das noções de “*imaginative geographies*” e de “*geographical imaginaries*”. Essas duas noções, com valor de categoria operacional estruturante para a presente pesquisa, podem ser compreendidas, em grande medida, como resultado ou produto por excelência da interação entre a imaginação sociológica e a imaginação geográfica, tendo forte relação com os discursos de identidade e alteridade, porquanto constituídas como “representações-práticas” de “si” e dos “outros” bem como do “seu” lugar e do lugar dos “outros” (entendo por lugar pessoas e paisagens, culturas e naturezas), representações estas imersas no mundo dos desejos, fantasias, medos, pensamentos e de intenções e intencionalidades – conscientes e inconscientes – a isso condicionadas, ou seja, representações forjadas no interior de relações de poder entre aquele(s) que representa(m) e aquele(s) que é(são) representado(s), sempre carregadas de imagens e metáforas. Aliás, grande ênfase é aí igualmente conferida à esfera da visão, do visível, da visualidade, à construção cultural do olhar e da imagem textual e visual.

A despeito de possuírem trajetórias conceituais distintas, ambas as noções convergem em vários aspectos, muitas vezes estando comprometidas de tal maneira uma com a outra, de modo que se tornam praticamente impossíveis de serem distinguidas e dissociadas. Lancemos um breve olhar sobre a trajetória de cada uma delas, a fim de tentar reconhecer suas especificidades, sempre tendo em vista as considerações anteriormente mencionadas.

A primeira destas é a noção de “*imaginative geographies*”, cuja formulação conceitual primeira não se encontra dentro dos limites da disciplina da Geografia. Sua origem remonta à obra seminal de um dos críticos literários mais renomados do século XX, considerado igualmente como um dos mais importantes expoentes daquela corrente de pensamento oriunda do pós-estruturalismo que ficou conhecida como pós-colonialismo: refiro-me agora à noção de “*imaginative geographies*” cunhada por Edward SAID (2007[1978]) em sua obra maior “*Orientalism: Western conceptions of the Orient*”. Partindo desta noção, Said analisa a maneira como um conjunto de diferentes discursos “ocidentais” sobre o “Oriente” – por ele designado de “Orientalismo” – surgidos a partir de mais ou menos a virada do século XVIII para o XIX procurou definir o “Oriente”, dele se distinguindo para se autodeterminar como “Ocidente”. Em um dos fragmentos mais



significativos de seu ensaio, ele explica em que consiste a noção de “*imaginative geography*”:

*“É perfeitamente possível argumentar que alguns objetos distintivos são criados pela mente, e que esses objetos, embora pareçam ter existência objetiva, possuem apenas uma realidade ficcional. Um grupo de pessoas vivendo em alguns acres de terra estabelecerá fronteiras entre a sua terra e seus arredores imediatos e o território mais além, a que dão o nome de ‘a terra dos bárbaros’. Em outras palavras, essa prática universal de designar mentalmente um lugar familiar, que é ‘o nosso’, e um espaço não familiar além do ‘nosso’, que é ‘o deles’, é um modo de fazer distinções geográficas que pode ser inteiramente arbitrário. Uso a palavra ‘arbitrário’ neste ponto, porque a **geografia imaginativa** [grifo nosso] da variedade ‘nossa terra – terra bárbara’ não requer que os bárbaros reconheçam a distinção. Basta que ‘nós’ tracemos essas fronteiras em nossas mentes; ‘eles’ se tornam ‘eles’ de acordo com as demarcações, e tanto o seu território como a sua mentalidade são designados como diferentes dos ‘nossos’. Numa certa medida, as sociedades modernas e primitivas, parecem obter a percepção de suas identidades de modo negativo. É muito provável que um ateniense do século V se sentisse tão não-bárbaro quanto se sentia positivamente ateniense. As fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas e culturais de maneiras previsíveis. Mas o modo como alguém se sente não estrangeiro com frequência se baseia numa ideia muito pouco rigorosa do que existe ‘lá fora’, para além do território conhecido. Todos os tipos de suposições, associações e ficções parecem amontoar-se no espaço não familiar fora do nosso.” (SAID, 2007[1978], p.91)*

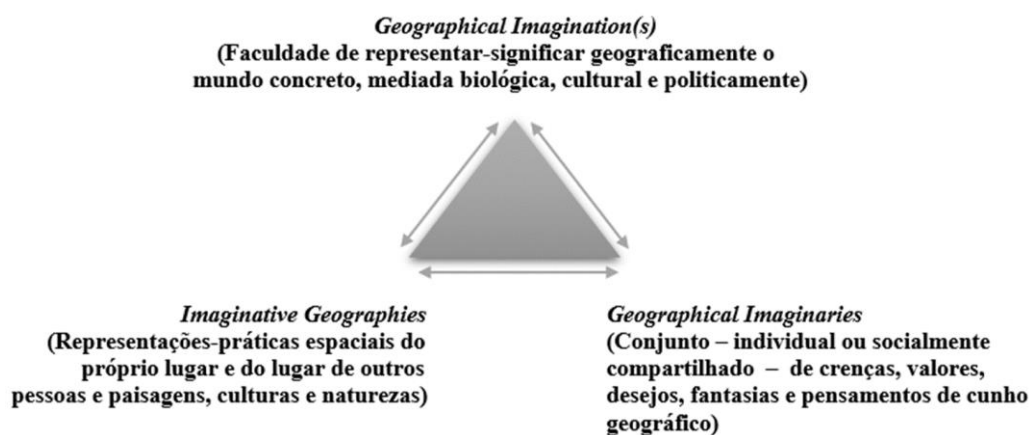
Após ter sua primeira formulação atrelada às investigações acerca da relação ocidente-oriental promovidas por Said, a noção de “*imaginative geographies*” ganhou indiretamente uma nova reflexão poucos anos mais tarde na obra do cientista político e historiador Benedict ANDERSON (2008[1983]) intitulada “*Imagined Communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*”. Aqui, contudo, ela é tratada tacitamente no interior do debate acerca do nacionalismo. A “*imaginação nacional*” (ANDERSON, 2008[1983], p.61), responsável pela produção de “*comunidades politicamente imaginadas*” amalgamadas pela noção de “*nação*”, carrega consigo uma componente crucial das “*imaginative geographies*”: o lugar de nascimento e de (co)existência. Tais “*realidades imaginadas*” (ANDERSON, 2008[1983], p. 124) – dentre as quais, poderíamos dizer, as “*imaginative geographies*” – forjadas no interior daquilo que ele designou de “*capitalismo tipográfico*” ou “*editorial*”, teriam contado, segundo ele, com três importantes instituições de poder, quais sejam, o censo, o mapa e o museu, a partir das quais se passou a moldar profundamente o modo como o Estado imaginava seu domínio, conferindo, deste modo, legitimidade e “*realidade*” às suas “*imaginative geographies*”. Após as contribuições de Said e Anderson, esta noção se arraigou na literatura geográfica, sobretudo anglófona.



Por fim, a última noção estruturante desta pesquisa, fortemente imbricada à anterior, de tal sorte que às vezes com ela se confunde por completo – como no caso do “Orientalismo” – é aquela designada de “*geographical imaginaries*”. Derivada da noção de imaginário que, a rigor, é polissêmica, foi tratada diversamente por diferentes pensadores, de distintos campos do saber, de Sartre a Taylor, de Lacan a Castoriadis, de Durand a Maffesoli e Wunenburger. No âmbito da pesquisa geográfica, contudo, apareceu por vezes como sinônimo de “*geographical imaginations*” e “*imaginative geographies*”, porquanto dotada igualmente de representações espaciais, porém não se resumindo a elas. Mas ao contrário de ambas, que teriam uma carga semântica mais associada a uma dimensão ativa, produtiva, a primeira como faculdade e segunda como seu produto enquanto representação-prática – aspecto este ressaltado ainda mais por sua adjetivação “*imaginative*” em detrimento de apenas uma de suas dimensões “*imagined*” –, as “*geographical imaginaries*” estariam mais ligadas a uma esfera passiva, receptiva e frequentemente no âmbito do inconsciente e das artes.

Também HARVEY (1997) em sua obra “*Justice, Nature and the Geography of Difference*” constrói um quadro analítico básico que ele chama de “*dialectical cognitive map*”, a fim de representar os distintos momentos pelos quais passam os processos sociais, quais sejam, a linguagem/discurso, o poder, pensamento/fantasia/desejo, construção institucional, as práticas materiais e as relações sociais. Dentre estes seis momentos elencados por ele, aquele onde se misturam o pensamento, a fantasia e o desejo e onde estão implicados os valores, crenças, medos etc., é designado como “*imaginary*”. Por “*geographical imaginary*”, portanto, compreende-se aqui o conjunto de valores, crenças, medos, fantasias, desejos, pensamentos de cunho espacial que cada indivíduo carrega consigo e de certo modo compartilha socialmente.

Estas três noções, que compõem, a nosso ver, a constelação ou o mapa conceitual estruturante da presente pesquisa, nos permite lançar um olhar qualificado sobre as estratégias e práticas espaciais e discursivas a fim de investigar e avaliar seu *modus operandi*; nos parecem producentes, portanto, não apenas na esfera da pesquisa em Geografia Humana aplicada, mas igualmente no âmbito da pesquisa historiográfica em Geografia e da Geografia histórica, tal como demonstram trabalhos de diferentes naturezas, por exemplo, os de GREGORY (1995), COSGROVE (2001), DANIELS (2011) e ZUSMAN, (2013).



Mas essas poderosas ferramentas conceituais que nos ajudam a operar ao mesmo tempo nas esferas investigativas, analíticas e interpretativas só se revelam efetivamente valiosas quando conjugadas com outras ferramentas metodológicas e técnicas para lidar com corpora de extensão e volume significativos. Posto que a presente pesquisa tem como *corpora* os boletins, atas e estatutos de algumas das principais sociedades geográficas ibero-americanas e uma vez que todo esse material vem sendo paulatinamente digitalizado e disponibilizado na rede mundial de computadores, a construção desse *corpora* como *Big Data* – ou seja, como conjunto de dados armazenados e passíveis de serem tratados e manipulados através de inúmeras ferramentas e por meio de diferentes técnicas, tanto de natureza quantitativa como qualitativa –, foi finalmente tornada possível.

Do ponto de vista metodológico, trabalhar com corpora extenso requer, em primeiro lugar, um sistema de codificação dos dados e informações de modo a criar um sistema de localização e acesso que facilite o seu manejo e tratamento. Esse sistema de codificação conta com dois formulários, um em formato de tabela de Excel, o outro em formato de texto de Word, nos quais são incluídos os dados mais gerais acerca do conteúdo desse *corpora*, bem como sua tipificação segundo distintos critérios: a natureza do texto/artigo, autoria, instituição de origem do autor, local de produção, título, recorte espacial/objeto espacial em questão, área de concentração e tema específico, presença de mapas ou imagens, permitindo, assim, dimensionar inicialmente as produções e atividades destas instituições, áreas de interesse, temas sensíveis conforme às épocas etc.

Os volumes dos boletins e atas digitalizados são tratados de modo que seus caracteres textuais possam ser reconhecidos e, com isso, se tornem analisáveis através do CQPWeb (Corpus Query Processor).



RESULTADO PARCIAL E BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apenas a título de exemplificação acerca do modo como estratégias e práticas espaciais e discursivas podem ser contempladas à luz desse mapa conceitual acima apresentado, vejamos mais de perto um caso bastante emblemático envolvendo a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL).

Fundada em 1875 por iniciativa de um grupo de intelectuais e em meio a uma tensa relação com o poder central português, a SGL nasce com claro viés colonialista, buscando, deste modo, garantir o lugar de Portugal no movimento expansionista e fornecer suporte à sua inserção na partilha do continente africano. Reinvidicando um suposto direito histórico sobre essa parte do continente africano, posto ter sido o primeiro a descobrir e colonizar áreas importantes como os atuais Angola e Moçambique, Portugal ambiciona desde cedo a conquista do império do Monomotapa, a fim de ligar ambas as colônias nas costas ocidental e oriental (GUIMARÃES, 1984).

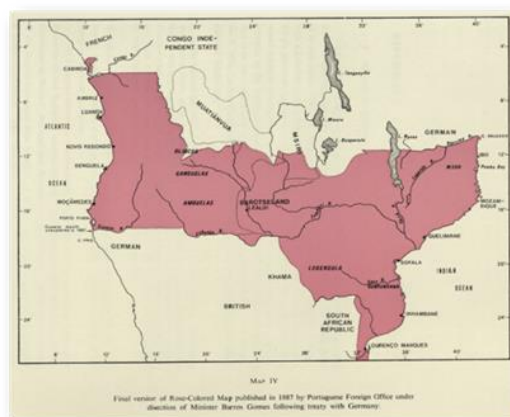
Como se pode observar na codificação dos boletins publicados pela SGL a partir 1876, desde o primeiro momento os interesses portugueses estão voltados para a África Central e pra lá são organizadas as famosas expedições de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto.

Originaltitel	Jg/Bd-Jah	Seite(n)	
Expedição portuguesa a Africa central	1-1-1876	19-23	n.v
n.v.	1-1-1876	23-27	n.v
Relatorio e Programma de trabalhos	1-1-1876	28-33	n.v
Expediente	1-2-1877	64-65	n.v
Apontamentos e documentos para a historia dos descobridores e das descobertas	1-2-1877	66-69	n.v
Apontamentos e documentos para a historia dos descobridores e das descobertas	1-2-1877	69-71	n.v
Apontamentos e documentos para a historia dos descobridores e das descobertas	1-2-1877	72-77	n.v
Os banhaneca e os bankumbi (Africa Austral), a proposito do livro de Sir. John L...	1-2-1877	78-86	n.v
Uma visita á Citania	1-2-1877	86-98	n.v
Do methodo, programma e processos do ensino elemental da Geographia e da h...	1-2-1877	99-106	n.v
Associação Internacional Africana: principaes documentos	1-2-1877	106-120	n.v
Expedição geographica-portugueza á Africa-Central	1-2-1877	126-138	n.v
Apontamentos sobre a produção d'ouro e prata em Portugal	1-2-1877	138-140	n.v
Codigo dos millandos cafríaes	1-3-1878	173-181	n.v
Navegação de Henrique Stanley no rio Zaire ou Congo	1-3-1878	181-188	n.v
Os banhaneca e os bankumbi (Africa Austral), a proposito do livro de Sir. John L...	1-2-1878	188-195	n.v
Curso colonial portuguez	1-3-1878	188-203	n.v
Expedição geographica-portugueza á Africa-Central	1-3-1878	204-208	n.v
Apontamentos sobre a produção d'ouro e prata em Portugal	1-3-1878	109-214	n.v
Geographia medica	1-4-1878	246-248	n.v
Nova exploração á foz do Cunene	2-1-1880	7-17	n.v
As missões catholicas em Africa: Uma visita a Landana - Necessidade de missõ...	2-1-1880	18-30	n.v
O paludismo africano e a quinina	2-1-1880	30-32	n.v
De Goa a Macau em 1717: Um livro curioso	2-1-1880	32-34	n.v
Natividade e mortalidade de Lisboa	2-1-1880	34-43	n.v



Expressão maior desse projeto de colonizar toda a faixa territorial que liga ambas as colônias de Angola e Moçambique é a elaboração em 1886/87 e apresentação, na SGL, do assim chamado mapa cor-de-rosa, uma mapa que representava exatamente as pretensões colonialistas portuguesas.

O mapa cor-de-rosa



Fonte: NOWELL (1982)

Indo diretamente de encontro aos interesses britânicos – que pretendiam estabelecer uma ligação por ferrovia desde a Cidade do Cabo, ao sul, até o Cairo, no Egito, ao norte do continente africano –, aquela geografia imaginada pelos portugueses surge e se materializa no famoso mapa cor-de-rosa, assentado num pretense direito histórico e que, apesar de jamais ter saído do papel, embalou os sonhos portugueses do último quarto do século XIX conquistando mentes e corações para além da SGL, até sua aniquilação, de uma vez por todas, quando do *ultimatum* britânico de 1890 (NOVELL, 1982). Num clássico exemplo de como a imaginação geográfica opera produzindo uma geografia imaginada por aqueles que pretendem explorar uma dada terra – ignorando por completo a existência dos povos que a habitam ao reconhece-la como um vazio –, e através de sua representação imagética ou sua geografia imaginativa conferindo a visualidade necessária dos territórios reivindicados associada a um conjunto de crenças, valores e mitos a fim de forjar um imaginário geográfico que legitime suas concepções, produza consenso e chancele suas ações.



REFERÊNCIAS

Fontes Básicas:

Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Revista da Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa no Brazil
Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro
Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa
Boletín de la Real Sociedad Geografica de Madrid
Sociedad de Geografía Comercial de Barcelona
Revista del Instituto Geografico Argentino

Artigos, coletâneas e obras de referência:

AGUILLAR, G.; MONCADA, O. (Orgs.). **La Geografía en México**. México: FCE-UNAM, 1994.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARNES, T.; GREGORY, D. (orgs.) **Reading human geography**. The poetics and politics of Inquiry. Londres: Arnold, 1997.

BELL, M.; BUTLIN, R. A.; HEFFERNAN, M. J. (orgs.). **Geography and Imperialism 1820-1940**. Manchester e New York: Manchester University Press, 1995.

BERDOULAY, V. **La formation de l'école française de géographie 1870-1914**. Paris: CTHS, 2008 [1981].

BLAUT, J. **The Colonizer's Model of the World**. London: Guilford, 1993.

BOURDIEU, P. **O campo científico**. In: Bourdieu, P. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p.122-155.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa e Rio de Janeiro: Difel e Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CAPEL, H. **Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos**. Barcelona: Geocritica, 1977.

_____. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981.

_____. **Geografía humana e ciencias sociales**. Barcelona: Montesinos, 1987.

CARDOSO, L. P. C. **O lugar da Geografia brasileira: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945**. São Paulo: Annablume, 2013.

CARVALHO, J. M. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial & Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Pontos e bordados. Escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed.UFSC, 2011.



- COSGROVE, D. **Social formation and symbolic landscape**. Madison: University of Wisconsin, 1986.
- _____. **Apollo's Eye: A Cartographic Genealogy of the Earth in the Western Imagination**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.
- _____. **Geographical imagination and the authority of images**. Stuttgart: Franz Steiner, 2006.
- _____. **Geography and Vision**. Londres: I.B. Tauris, 2008a.
- _____. **Images and imagination in 20th century environmentalism from the Sierras to the Poles**. Environment and Planning A, 2008b, Vol. 40, p. 1862-1880.
- DANIELS, S. **Geographical imagination**. Transactions. Institute of British Geographers. N. 36, 2011, p. 182-187.
- DRIVER, F. **Geography's Empire: Histories of Geographical Knowledge**. Environment and Planning D: Society and Space, 1992, p.23-40.
- _____. **Geography Militant. Cultures of exploration and empire**. Oxford: Blackwell, 2001.
- _____. **On Geography as a Visual Discipline**. In: Antipode 35, Caderno 2, 2003, p. 227-231.
- DUNBAR, G. S. (org.) **Discipline, Profession and Subject since 1870. An international Survey**. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2001.
- DUSSEL, E. **Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures)**. Boundary 2, Vol. 20, No. 3, The Postmodernism Debate in Latin America (Autumn,1993), pp. 65-76. URL: <http://www.jstor.org/stable/303341> Accessed: 03-04-2018 23:01 UTC
- ELIAS, N. **Der Prozess der Zivilisation**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.
- ESCOLAR, M. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ESTEBAN, J. **Geografía y colonialismo: la sociedad de geografía de Madrid 1876-1936**. Madrid: UAM, 1996.
- EVANGELISTA, H. **A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Revista Geopaisagem. 1988, p. 5-27.
- FIERRO, A. **La Societé de Géographie de Paris (1826–1946)**. Geneva and Paris: Librairie Groz, 1983.
- GODLEWSKA, A. und N. SMITH (orgs.) **Geography and Empire**. Oxford: Blackwell, 1994.
- GREGORY, D. **Geographical Imaginations**. Oxford: Blackwell, 1994.
- _____. **Imaginative geographies**. Progress in human geography, 19, 1995, p. 447-485.
- _____. **Explorations in critical human geography**. Heidelberg: Department of Geography, 1998.
- GUIMARÃES, Â. **Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa 1875-1895**. Porto: Livros Horizonte, 1984.
- GUIMARÃES, L. M. P. **Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. São Paulo: Annablume, 2011.
- GUIMARÃES, M. L. S. **Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e projeto de uma história nacional**. Estudos Históricos: 5-27.
- _____. **Historiografia e nação no Brasil 1838 – 1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HARLEY, J. B. **The new nature of the maps**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- _____. **Deconstructing maps**. In: BARNES, T.; GREGORY, D. (orgs.) Reading human geography. Londres: Arnold, 1997, p. 155-168.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2000.



- HARVEY, D. **Social justice and the city**. Oxford: Blackwell, 1988[1973].
- _____. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **Justice, nature and the geography of Difference**. Oxford: Blackwell, 1997.
- _____. **Between space and time: reflections on the geographical imagination**. In: BARNES, T.; GREGORY, D. (orgs.) *Reading human geography*. Londres: Arnold, 1997[1990].
- _____. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 2001.
- _____. **Spaces of global capitalism**. Londres: Verso, 2006.
- _____. **The sociological and geographical imaginations**. *International Journal of Politics, Culture, and Society*. 2006, Vol. 18, No. 3/4, pp. 211-255.
- HEFFERNAN, M. J. “**Histories of Geography**”. In: Holloway, S. L. /S. P. Rice / G. Valentine (orgs): *Key Concepts in Geography*. London, S. 3-22, 2003.
- HETTNER, A. **Die Geographie, ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden**. Breslau: Ferdinand Hirt, 1927.
- HOOSON, D. (Hrs.) **Geography and National Identity**. Oxford: Blackwell, 1994.
- HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismos desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- KERN, S. **The Culture of Time and Space, 1880-1918**. Harvard: Harvard University Press, 1983.
- KOLLM, G. „**Geographische Gesellschaften, Zeitschriften, Kongresse und Ausstellungen**“. *Geographisches Jahrbuch XXXII*, 1909, p. 409-438.
- KOSELLECK, R. **Estratos do tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- _____. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1988.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Ed.34, 1994.
- _____. **Ciência em ação**. São Paulo, Ed.Unesp, 2011.
- LEJEUNE, D. **Les Sociétés de Géographie en France et l’Expansion coloniale au XIXe Siècle**. Paris: Albin Michel, 1993.
- LENZ, K. (org.) **Carl Ritter – Geltung und Deutung**. Berlim: Dietrich Reimer, 1981.
- LOIS, C. **Imagem cartográfica e imaginários geográficos**. *Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 2009, N. 298. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-298.htm>
- MARY, C.P. **Geografias pátrias: Portugal e Brasil – 1875-1889**. Niterói: EdUFF, 2010.
- MASSEY, D. **Pelo Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. **Power-geometries and the politics of space-time**. Heidelberg: Geographisches Institut der Universität Heidelberg, 1999.
- MATTOS, I. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MERTON, R. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Ed.34, 2013.
- MIGNOLLO, W. **Histórias locais / projetos globais**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003.
- MILLS, C.W. **The sociological imagination**. Oxford: Oxford University Press, 1959.
- _____. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MONCADA, O. **El nacimiento de una disciplina: La Geografía en México (XVI a XIX)**. México: UNAM, 2003.
- _____. (org.). **La geografía de la ilustración**. México: UNAM, 2003.
- MORAES, A. C. R. **Bases da Formação territorial do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MOREIRA, R. **O que é Geografia?** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- _____. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2011.



NOVELL, C.E. **The rose-colored map: Portugal's Attempt to build an African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean.** Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.

NUNES, S. P. **Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil 1938-1992.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, 1997.

_____. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883–1944).** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.** Revista da SBHC 3, 2005, p. 112-124.

PEREIRA, M. M. C. **O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

PRATT, M. L. **Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation.** New York: Routledge, 1992.

SAHR, W. D.; ARANTES, L. **A profusão das teorias espaciais e a fusão do espaço geográfico: Hettner e o projeto corológico.** Niterói: GEOgraphia, 2011.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Cultura e imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SACK, R. **Human territoriality.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2006.

SCHRÖDER, I. **Das Wissen von der ganzen Welt: globale Geographien und räumliche Ordnungen Afrikas und Europas 1790 – 1870.** Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2011.

SCHWARCZ, L. M. **Os guardiões de nossa história oficial.** São Paulo: IDESP, 1989.

SMITH, N. **O desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988[1984].

SOJA, E. **Geografias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993[1988].

STODDART, D. R. **On Geography: and its history.** Oxford, Blackwell, 1986.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

URRY, J; GREGORY, D. **Social relations and spatial structures.** Londres: Macmillan, 1985.

VALCÁRCEL, J. O. **Los horizontes de la geografía. Teoría de la geografía.** Barcelona: Ariel, 2001.

VITTE, A. C. (org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 294p.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WARDENGA, U. **Writing the History of Geography. What we have learnt and where to go next.** Geographica Helvetica 68, 2013, S. 27-35.

WOLF, E. **Europe and the people without history.** Berkeley: University of California Press, 1997.

ZUSMAN, P. **Sociedades Geográficas na promoção do saber à respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)** Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **La geografía histórica, la imaginación y los imaginarios geográficos.** Revista de Geografía Norte Grande, N.54, 2013, p. 51-66.